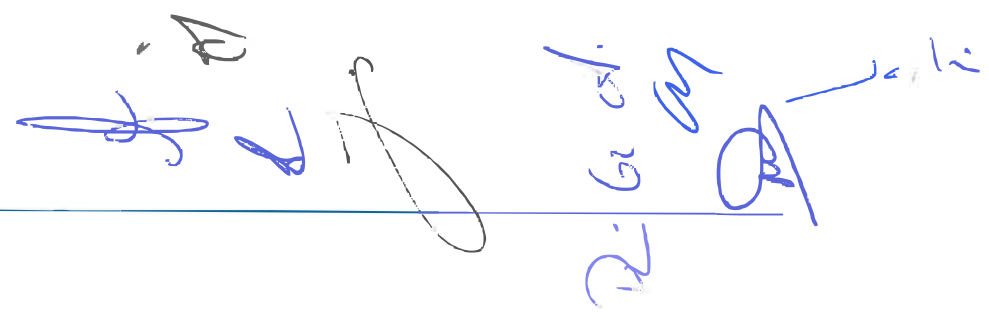


## PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

### 2.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

#### I INTRODUÇÃO I



No sentido de dar devido cumprimento ao disposto no Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 07 de Março – **Obrigações dos Municípios** – dispõe a alínea c) do n.º 4 do Artigo 40º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro que, *“Os órgãos executivos, durante o período do empréstimo, ficam obrigados a **“Elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro mencionado no número anterior e remetê-los, para apreciação, aos órgãos deliberativos.**”*

O presente Relatório de Execução Semestral compreende a análise à execução das medidas constantes do Plano de Saneamento financeiro, referindo-se ao segundo semestre de execução do plano mencionado.

O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Castelo de Paiva obteve o visto do Tribunal de Contas em 4 de Março de 2011.

Para a elaboração do presente Relatório, foi realizado um trabalho de *follow-up* da implementação das medidas de carácter qualitativo previstas no saneamento financeiro, e foi recolhida a informação contabilística do Município de Castelo de Paiva entre 1 de Outubro de 2011 e 31 de Março de 2012.

Acresce ainda que, a juntar à difícil conjuntura económica nacional que presentemente se vive, a execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Castelo de Paiva, tornou-se num desafio ainda mais exigente durante este segundo semestre de execução, dadas as medidas implementadas pela Administração Central, visando o necessário equilíbrio das contas públicas, que levaram nomeadamente ao aumento exógeno de alguns custos, inicialmente não previstos. Não obstante todas estas dificuldades, mantém-se por parte do órgão executivo todo o seu empenho no cumprimento das metas preconizadas pelo plano de saneamento financeiro.

I MEDIDAS RACIONALIZAÇÃO DE CUSTOS E MAXIMIZAÇÃO DE PROVEITOS I

***a) Redução do pessoal em 5 trabalhadores pela via da aposentação e limitação das horas extraordinárias e das ajudas de custo***

Durante este segundo semestre não existiu qualquer variação ao nível do número de colaboradores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Entre 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Setembro de 2011, já se tinha registado uma redução líquida de dois colaboradores, consequência da aposentação de três trabalhadores, e da necessária contratação de uma funcionária para a Biblioteca Municipal. Essa contratação teve início antes da implementação do Plano de Saneamento Financeiro, e surgiu por força do Contrato-Programa celebrado entre o Município e a DGLB em 15 de Fevereiro de 2005, o qual obrigava a Câmara Municipal a dotar a biblioteca de um técnico superior da área funcional de biblioteca e documentação, posto de trabalho necessário ao funcionamento dos serviços naquela área. Face ao estabelecido contratualmente, por despacho do Presidente da Câmara de 14 de Julho de 2009, foi autorizada a abertura do procedimento para ocupação do referido posto de trabalho, tendo a contratação e demais procedimentos obrigatórios decorridos no ano de 2011.

Refira-se ainda que, desde 31 de Dezembro de 2009, existiu já uma redução de cinco trabalhadores, em valor absoluto:

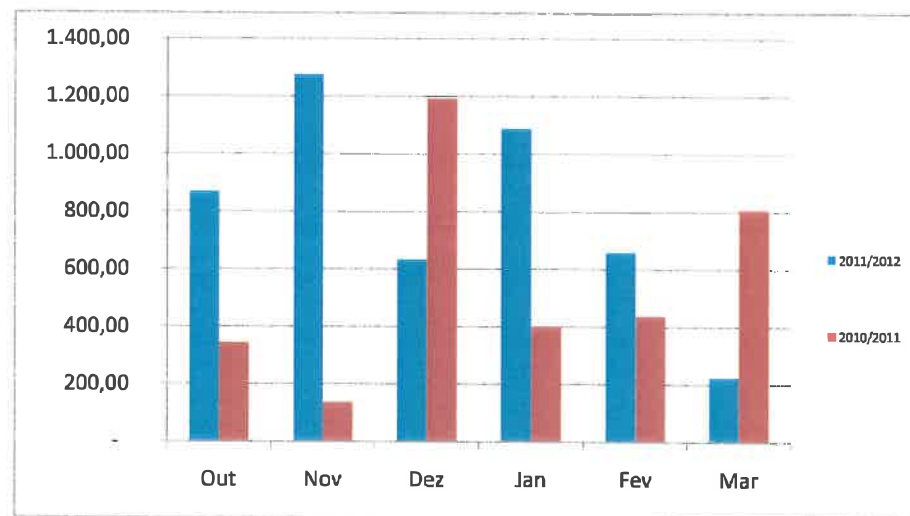
Modalidade de Vinculação:	31-12-2009	31-12-2010	31-03-2011	30-03-2012
Contrato de trabalho em funções públicas	169,00	166,00	165,00	164,00
	<b>169,00</b>	<b>166,00</b>	<b>165,00</b>	<b>164,00</b>

Relativamente aos custos suportados com ajudas de custo e com horas extraordinárias, e em comparação com o período homólogo do ano anterior, existiu um aumento de € 1.428,53 nos primeiros, e uma diminuição de € 665,50 nos segundos.

No entanto, este aumento do custo com as ajudas de custo resulta da existência de compromissos anteriormente assumidos pelo Município no âmbito do Programa “Emprego-Inserção” do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Este tipo de contratos celebrados ao abrigo da Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, incluem-se no âmbito das diversas medidas de política social do Governo que visam promover a coesão social através do emprego e da formação profissional e preveem, para além das despesas de alimentação e seguros, o pagamento de despesas de transporte entre a residência habitual do trabalhador e o local onde terão de exercer a atividade contratualizada com o Município

Assim, os custos efectivamente incorridos com ajudas de custo entre 1 de Outubro de 2011 e 31 de Março de 2012 foram os seguintes:

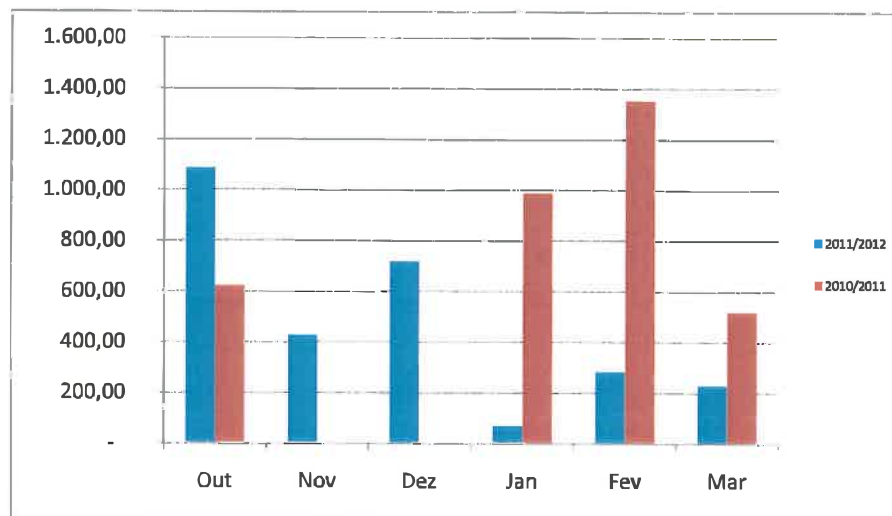
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
<b>2011/2012</b>	869,02	1.275,92	633,50	1.088,80	658,83	224,22	<b>4.750,29</b>
<b>2010/2011</b>	344,55	137,79	1.193,64	402,02	436,73	807,03	<b>3.321,76</b>
<b>Var</b>	524,47	1.138,13	- 560,14	686,78	222,10	- 582,81	<b>1.428,53</b>
<b>Var %</b>	152%	826%	-47%	171%	51%	-72%	<b>43%</b>



Relativamente às horas extraordinárias, conseguiu-se alguma redução durante este semestre em relação ao período anterior, cerca de 19%. Embora os valores referentes à remuneração de trabalho extraordinário não sejam materialmente muito relevantes, temos consciência que teremos que manter a trajetória descente do seu valor absoluto.

Assim, os custos pagos por horas extraordinárias entre 1 de Outubro de 2011 e 31 de Março de 2012 foram as seguintes:

	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
<b>2011/2012</b>	<b>1.085,67</b>	<b>425,97</b>	<b>718,91</b>	<b>70,32</b>	<b>283,91</b>	<b>228,85</b>	<b>2.813,63</b>
<b>2010/2011</b>	<b>622,09</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>987,60</b>	<b>1.350,54</b>	<b>518,90</b>	<b>3.479,13</b>
<b>Var</b>	<b>463,58</b>	<b>425,97</b>	<b>718,91</b>	<b>- 917,28</b>	<b>- 1.066,63</b>	<b>- 290,05</b>	<b>- 665,50</b>
<b>Var %</b>	<b>75%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-93%</b>	<b>-79%</b>	<b>-56%</b>	<b>-19%</b>



No que concerne às medidas preventivas com impacto na limitação de horas extraordinárias e ajudas de custo, importa referir que durante o primeiro semestre de implementação do plano de saneamento financeiro, o executivo municipal procedeu a um levantamento junto dos serviços de possíveis medidas a implementar que visariam o controlo destes tipos de custos.

Como consequência, durante o ano de 2012 já se deverá sentir de forma mais relevante o efeito da implementação das seguintes medidas:



#### **Limitação das Horas Extraordinárias**

Quanto à contenção de custos a este nível, pretende-se realizar um diagnóstico exaustivo para aferir em que serviços se verificam com maior frequência o recurso a trabalho extraordinário. Como medida, será efetuada uma negociação do horário de trabalho, em função das necessidades dos serviços, de forma a permitir uma maior rentabilização dos recursos humanos do Município.

#### **Limitação das Ajudas de Custo**

No que se refere à contenção das ajudas de custo, pretende-se limitar as autorizações concedidas aos trabalhadores para deslocação em serviço externo mediante a utilização de viatura própria e, limitar a atribuição das despesas de transporte concedidas no âmbito do Programa Emprego-Inserção.

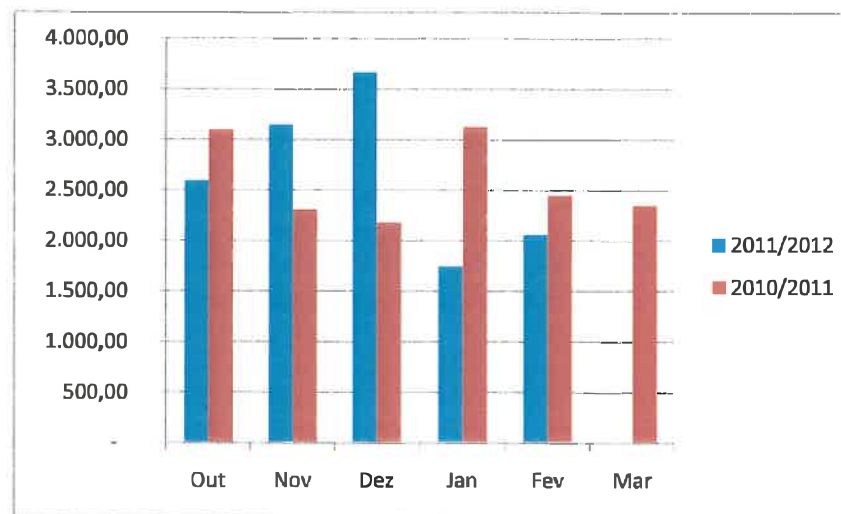
#### ***b) Redução dos custos com comunicações fixas e móveis***

A partir de Julho de 2011, começou a ser utilizada a tecnologia VOIP, nas comunicações efectuadas pelo Município de Castelo de Paiva, no âmbito do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, facto que permitiu uma diminuição significativa dos custos comunicações fixas.

Em Novembro de 2011, foi assinado um novo contrato com a Vodafone no intuito de reduzir os custos com comunicações móveis. Foram efectuadas várias alterações em relação ao contrato anterior, o que se reflectiu nomeadamente na eliminação de números de telemóvel não essenciais ao funcionamento dos serviços, e no estabelecimento de *plafonds* por utilizador.

Assim, no que respeita a comunicações, os custos incorridos entre 1 de Outubro de 2011 e 31 de Março de 2012, e embora ainda não se tenha efetuado o registo contabilístico, dos custos referentes ao mês de Março de 2012 é possível verificar que durante os dois primeiros meses do corrente ano se assistiu a uma significativa redução destes custos:

	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
<b>2011/2012</b>	2.592,40	3.144,92	3.662,52	1.748,46	2.060,43	-	<b>13.208,73</b>
<b>2010/2011</b>	3.097,71	2.308,32	2.178,66	3.123,22	2.442,67	2.347,36	<b>15.497,94</b>
<b>Var</b>	- 505,31	836,60	1.483,86	- 1.374,76	- 382,24	- 2.347,36	- <b>2.289,21</b>
<b>Var %</b>	-16%	36%	68%	-44%	-16%	-100%	<b>-15%</b>



**c) Redução dos custos com seguros**

Durante o segundo semestre do ano de 2011, foi pedido um levantamento exaustivo da carteira de seguros e das coberturas em vigor aos serviços de Aprovisionamento do Município, com o objectivo de se iniciar um novo procedimento para a sua contratualização.

Presentemente o Município de Castelo de Paiva está em condições de efetuar a abertura de um concurso público para a contratualização de novos seguros em condições de mercado mais favoráveis, eliminando os que forem desnecessários, e ajustando os restantes ao seu efetivo valor segurável.

Perspetiva-se assim para 2012 uma clara redução do montante deste tipo de despesa, mediante o lançamento desse procedimento concursal extensível a todo o mercado, através da Plataforma de Contratação Eletrónica.

**d) Redução dos custos com consumo de energia**

Neste âmbito, consideramos que será difícil ao Município cumprir o objectivo de redução dos custos com consumos energéticos dadas as previsões de aumento do preço da energia para os próximos anos e sobretudo devido ao aumento da taxa de IVA (de 6% para 23%) aplicada a este tipo de fornecimento, imposto que o Município suporta na totalidade dado o seu regime de IVA (afecção real). Com efeito, estima-se que o impacto do aumento da taxa do IVA na fatura da eletricidade será de cerca de 102 mil euros, o que é de materialmente relevante se considerarmos os custos habitualmente incorridos a este nível.

Porém, e de forma a contrariar esta tendência de subida dos custos da energia, estão a ser elaborados planos estratégicos de eficiência energética a aplicar nas instalações do Município, nos quais estão previstos investimentos que foram já incluídos no Orçamento para 2012.

O Município de Castelo de Paiva desencadeou ainda, várias acções ao nível da Eficiência Energética, umas de carácter imediato com redução de custos directos efectivos, e outras através de elaboração de candidaturas a quadros comunitários dado os custos do investimento para a implementação da eficiência energética.

No âmbito do quadro Comunitário E – EEA/2/2010 foram elaboradas duas candidaturas para a redução de custos com os equipamentos municipais piscina e pavilhão desportivo.

No âmbito do quadro Comunitário E – EEIP/1/2011 foi elaborada uma candidatura para a colocação de reguladores de fluxo luminoso nos postos de transformação de iluminação pública de maior consumo do Município de Castelo de Paiva, tendo em vista a obtenção de redução de custos anuais a este nível.

Durante o primeiro semestre de vigência do plano de saneamento financeiro, implementou-se, entre outras, as seguintes medidas de racionalização de custos energéticos:

- Nos edifícios municipais (sede do Município, Piscina Municipal e Sistema de bombagem de Oliveira do Arda) foram instaladas baterias de condensadores com vista a permitir uma redução anual neste tipo de custos;
- Alterou-se o contrato do ponto de consumo “Praia – Fornos” de BTE 41,4KVA, para BTN 34,5KVA, eliminando assim, os custos de energia reactiva no montante anual médio de € 686,05;
- Desativou-se o posto de transformação de “Olival - Pedorido” (antigo sistema captação de água) que encontra-se inactivo há vários anos, e alterou-se o ponto de consumo de Moimenta Fornos (antigo sistema de captação de água) de BTE 41,4KVA para BTN 3,45KVA, tendo-se obtido uma redução anual estimada nos dois locais de € 1.297,39;

- Procedeu-se à redução de pontos de iluminação pública em determinados locais do concelho (redução de potência das lâmpadas, redução de uma lâmpada em cada três iluminarias), mantendo no entanto os níveis de segurança de iluminação noturna.

Atualmente, o Município de Castelo de Paiva continua a fazer o levantamento de todos os quadros eléctricos desta autarquia com vista a redução de potência dos contadores eléctricos onde os mesmos estão sobredimensionados e efectivar a anulação de contadores eléctricos sem utilização.

Prevalece o objectivo de eliminar sistemas de bombagens existentes, criando-se outros traçados onde exista aproveitamento gravítico da geografia do terreno e das pressões de água existentes (nomeadamente em Oliveira do Arda e S. Martinho de Sardoura).

Desde Setembro de 2011, foram rescindidos com a EDP, 14 locais de consumo, o que irá permitir uma poupança anual na ordem dos € 2.500,00. Foram ainda reduzidas as potências contratadas em 4 locais de consumo, o que irá permitir uma poupança anual na ordem dos € 1.200.

Manteve-se o trabalho de redução de iluminação pública nos locais onde não seja posto em causa a segurança de iluminação nocturna.

**e) Redução do consumo de combustíveis e das despesas de manutenção e conservação das viaturas**

No âmbito desta medida, foi celebrado em Julho de 2011 um novo contrato de fornecimento de combustíveis com vista à aquisição de combustível rodoviário (gasóleo), o qual permitiu obter um maior desconto por litro de combustível adquirido (0,105€/litro) e uma poupança de cerca de 0,032€ sobre o litro de combustível em relação ao contrato anterior. A contratualização ao nível dos combustíveis rodoviários foi efetuada mediante o lançamento de concurso público na Plataforma de Contratação Eletrónica, de que resultou a alteração do fornecedor habitual do Município. Mantém-se no entanto, os cartões eletrónicos de abastecimento associados a algumas viaturas da frota municipal, que permitem fixar um limite de abastecimento em valor, a contabilização do número de quilómetros entre abastecimentos e a disponibilização de relatórios pormenorizados de faturação e consumo, tendo em vista o controlo de eventuais desvios e desperdícios.

Com vista a coordenar a utilização de viaturas e a efetuar um controlo operacional mais rigoroso da frota automóvel do Município, será nomeado em 2012 um gestor de frota, que irá ficar responsável pela racionalização dos custos associados às viaturas do Município e uma gestão mais eficiente do desempenho da frota automóvel do Município.

No entanto a concretização quantitativa desta medida está claramente prejudicada pelo aumento dos custos dos combustíveis, fator exógeno e incontrolável por parte do Município.



**f) Redução de custos na aquisição de equipamentos, contratação de serviços de cópia e impressões e materiais de consumo corrente**

Ao nível da aquisição de equipamentos e/ou contratação de serviços de cópia e impressão, e conforme referido no relatório de acompanhamento anterior, foi celebrado em Julho de 2011 um novo contrato com a “Konica Minolta” de aluguer de equipamentos de cópias/impressão, com o objetivo de promover uma maior rentabilização deste tipo de equipamento, o qual se encontrava obsoleto e desadequado às atuais necessidades de funcionamento do Município.

Com efeito, no âmbito desta nova contratualização, procedeu-se à substituição de equipamentos de impressão, cópia e *scanners* existentes no Município por equipamentos multifuncionais como forma de reduzir o número de equipamentos e os custos associados aos mesmos (manutenção, eletricidade, etc...). Tal permitiu igualmente a escolha de equipamentos com características técnicas e níveis de utilização mais adequados às reais necessidades de funcionamento do Município. Foi igualmente efetuada uma melhor distribuição de equipamentos pelo espaço de trabalho, mediante a análise de equipamentos de impressão pessoais, substituindo estes equipamentos por equipamentos de grupo, garantindo a implementação de mecanismos de garantia de confidencialidade da informação.

A digitalização gradual do fluxo documental e do fomento de práticas generalizadas em todos os serviços, nomeadamente impressão do papel nas duas faces, reaproveitamento do papel usado para rascunhos e uma utilização mais intensiva do correio eletrónico, permitirá a realização de um esforço redobrado neste tipo de custos.

**g) Melhoria na eficiência do fornecimento do sistema de distribuição de água.**

No âmbito do sistema de distribuição de água de abastecimento público foram implementadas diversas medidas que permitiram aumentar a eficiência do fornecimento do sistema de distribuição de água, destacando-se as seguintes:

- Colocação de contadores de consumo de água em todas as instalações, edifícios e equipamentos, pertencentes ou administrados pela Câmara Municipal;
- Substituição de contadores avariados, designadamente em utilizadores de maior dimensão já identificados pelos serviços;
- Intensificação de ações inspetivas a toda a rede de distribuição, por forma a localizar pontos de rutura e de perda de água, permitindo uma redução no consumo de água à empresa Águas do Douro & Paiva, SA;
- Anulação de pontos de captação subterrânea, com a respetiva anulação dos sistemas de bombagens, passando os locais a serem abastecidos pelo sistema de abastecimento geral com as águas provenientes da empresa Águas do Douro & Paiva, SA;
- Substituição de condutas de água degradadas;

- Ampliação da rede de abastecimento de água em zonas que não eram abrangidas pela mesma;
- Instalação de equipamentos de tratamento de desferização e desmanganização nos sistemas de captação subterrâneas.

Em consequência da implementação dessas medidas podemos constatar a evolução positiva, que existiu ao nível dos consumos de Água nos últimos três anos:

Ano	Consumo até Outubro (m3)	Poupança (m3)	Poupança (€)
2009	1.546.428 m3	-	-
2010	1.518.044 m3	28.384 m3	10.918,59€
2011	1.336.531 m3	181.513 m3	69.823,33€

Mais, comparando o período de Outubro de 2011 com Março de 2012, com o período homólogo do ano anterior, existiu redução do consumo no montante de 7.377 6m3 de água, equivalente a uma poupança de cerca de € 28.600,00.

**h) Melhoria da eficiência na gestão dos Activos (e sua contabilização) e dos Recursos Humanos, e da eficiência na gestão e controlo internos das obras, mediante a utilização intensiva do software de obras**

Por força do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o Município de Castelo de Paiva procedeu à reorganização dos serviços municipais, a qual foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23.12.2010. Com efeito, o processo de implementação da reorganização prevista obrigou nos termos da lei, à apresentação de proposta de alteração do mapa de pessoal, bem como revisão do orçamento aprovado para 2011, em virtude da criação da unidade orgânica “Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e do Desenvolvimento” e a extinção da unidade orgânica “Divisão Sócio-Cultural, Educação e apoio ao Desenvolvimento, a qual só mereceu aprovação por parte da Assembleia Municipal em Julho de 2011.

Ora, face ao exposto, as medidas que iriam permitir viabilizar a melhoria da eficiência na gestão dos recursos humanos tiveram de ser adiadas para período posterior ao da conclusão da reorganização dos serviços, sendo expetável que tal processo decorra durante o ano de 2012.

No que se refere, ao controlo interno das existências, das obras e das ferramentas, procedeu-se em Setembro de 2010 à instalação de um software de gestão de obras (administração direta e empreitadas), o qual entrou em pleno funcionamento no 1.º trimestre de 2011, após ter sido ministrada formação aos funcionários que desempenham funções nesta área. Este software permite analisar para cada obra o custo por atividade, funcionários afetos e equipamentos, contribuindo para que os serviços possam efetuar uma gestão mais eficiente das obras.

**i) Aumento da eficiência da liquidação e cobrança das taxas e licenças municipais**

O quadro seguinte resume a evolução das Taxas e Licenças cobradas nos últimos cinco trimestres:

Designação	1º T 2011	2º T 2011	3º T 2011	4º T 2011	1º T 2012
Mercados e Feiras- Terrado	23.396,40	21.344,25	19.892,40	19.305,60	22.672,16
Loteamentos e Obras- Licença de construção	8.450,41	2.429,29	2.281,60	4.363,15	2.107,50
Loteamentos e Obras- Licença de utilização	4.076,21	941,71	690,47	3.400,92	533,22
Loteamentos e Obras- Infra-estruturas urbanísticas	369,18	412,48	507,11	699,96	197,37
Loteamentos e Obras- Licença de alvarás	101,92	305,76	101,92	356,72	315,24
Loteamentos e Obras- Taxa de depósito de ficha técnica de habitação	102,54	17,09	0,00	17,09	0,00
Loteamentos e Obras- Outras	4.859,21	5.296,67	3.255,08	8.520,65	2.674,32
Ocupação da via pública - por Motivos de Obras	0,00	0,00	250,32	0,00	0,00
Ocupação da via pública - Outros Motivos	17,00	0,00	0,00	0,00	242,83
Caça, uso e porte de arma - Cartas de Caçador	13,38	5,95	13,65	103,35	16,74
Outras- Cidomotores- Segundas Vias e Revalidação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras- Cidomotores- Táxi	0,00	59,02	0,00	59,02	121,70
Outras- Cidomotores- Venda Ambulante	30,72	100,92	0,00	30,72	21,12
Outras- Alvarás- Outros	3.208,49	2.285,79	2.697,77	6.487,79	1.105,96
Outras- Vistorias	190,06	87,72	0,00	0,00	0,00
Outras- Certidões	126,56	136,08	221,48	167,16	136,54
Outras- Fornecimentos- Plantas Topográficas	200,25	204,75	150,75	155,25	243,46
Outras- Fornecimentos- Taxa pela Emissão do Certificado de Registo	3,59	0,00	0,00	0,00	3,50
Outras- Fornecimentos- Outros	0,00	0,00	0,00	455,98	333,16
Outras- Conferição e/ou Autenticação de Documentos	116,26	50,98	67,68	73,30	49,81
Outras- Espectáculos Desportivos Lugares Públicos	56,94	370,11	540,93	56,94	116,52
Outras	270,42	4,42	4,42	1.595,09	95,44
	<b>45.589,54</b>	<b>34.052,99</b>	<b>30.675,58</b>	<b>45.848,69</b>	<b>30.986,59</b>

Com o atual Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, teve lugar uma uniformização dos vários procedimentos de liquidação, cobrança e pagamento, tornando os serviços municipais mais eficientes, e reunindo as taxas e outras receitas municipais que se encontravam dispersas por outros regulamentos, simplificando e uniformizando as regras aplicáveis ao Município.

Este Regulamento veio simplificar os procedimentos no caso de licenças anuais ( p.e. publicidade, ocupação de domínio público, mercados e feiras), deixando de ser necessário a formalização da sua renovação anual, eliminando-se assim procedimentos burocráticos, contribuindo para a facilitação dos licenciamentos e, consequentemente, para uma maior eficácia da respetiva cobrança das receitas associadas.

Foi igualmente melhorado, o processo de notificação para regularização dos débitos antes da tramitação para execução fiscal, e também já na fase desta, tornando-o mais atuante e incisivo, do que resultou o aumento do número de processos findos. Para tal, e além do mais, foi fixado, para a avaliação do desempenho, o objetivo de aumentar percentualmente o número de processos de execução fiscal findos em resultado do pagamento da dívida, comparativamente com o ano de 2010, objetivo esse que, tudo indica, vai ser superado.

Para o corrente ano de 2012, entre as alterações procedimentais previstas, estará o alargamento do prazo de pagamento voluntário, com a emissão automática da respetiva certidão de dívida, no seu termo, e imediata cobrança coerciva por execução fiscal, bem como a possibilidade das referidas taxas anuais poderem ser pagas em períodos mais curtos (de periodicidade mensal ou trimestral) e ainda, a diversificação das modalidades e locais de pagamento, tal como já acontece com a faturação dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos e urbanos.

Tais medidas, visão não só facilitar e estimular o pagamento voluntário, mas também reduzir as burocracias no processo de cobrança em fase de mora.

No que concerne à ocupação do espaço público e publicidade, durante o período de análise, foi elaborado o projeto de regulamento para esta área, que se encontra em análise, com o qual se intenta sustentar a falta de licenciamento e o uso indevido do facto licenciado (sem o pagamento das taxas aplicáveis), e se dá cumprimento a disposições legais recentemente aprovadas.

No entanto temos que ter consciência que a evolução desta receita está extremamente dependente da conjuntura económica geral do país.

**j) Rentabilização/ limitação dos investimentos e das actividades das instituições culturais e recreativas e consequente redução das transferências correntes e de capital**

No que concerne a uma maior contenção nos apoios regulares atribuídos a instituições culturais e recreativas, e também por força das condicionantes financeiras a que estão obrigados atualmente todos os municípios, existirá a necessidade de efetuar uma maior seletividade no apoio a atividades culturais, recreativas e desportivas, o que provocará uma eventual reprogramação desse tipo de eventos durante o ano de 2012.

**l) Intensificação da utilização da plataforma electrónica de contratação pública**

O Município de Castelo de Paiva começou a utilizar a plataforma eletrónica de contratação pública no decorrer do mês de Junho de 2010.

Para o ano de 2012, perspectiva-se a utilização crescente da plataforma eletrónica de contratação pública, mediante a inclusão dos ajustes diretos a partir dos €5.000, estimando-se que por esta via o Município possa beneficiar de melhores condições de contratação, em face do aumento exponencial da concorrência e da possibilidade de fixação do preço-base e do prazo de pagamento aquando do lançamento ao mercado de qualquer processo aquisitivo, adaptando-o às reais necessidades da Autarquia. Consequentemente, e em conjunto com os restantes procedimentos para a função aprovisionamento, estima-se a este nível uma redução significativa da despesa.

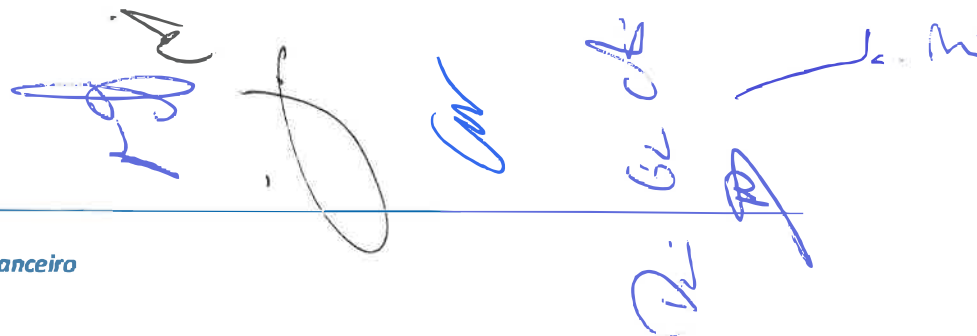


***K) Aprofundamento das acções de melhoria no sentido de tornar mais eficazes os mecanismos de controlo interno, complementado pela implementação definitiva da contabilidade de custos***

No domínio da alteração dos processos e procedimentos relativos à autorização da despesa, mesmo antes da implementação do Plano de Saneamento Financeiro, e da reestruturação dos serviços municipais, o executivo municipal implementou diversas medidas e procedimentos conducentes a uma gestão mais eficiente, mediante a centralização do serviço de compras e aprovisionamento, realização de planos mensais de pagamentos com vista à redução e monitorização da dívida, programação de tesouraria, execução financeira e verificação dos desvios (e sua correção).

Paralelamente iniciou-se a implementação de um sistema de Contabilidade de Custos, estando neste momento a efectuar a validação da sua adequação à nova organização dos serviços. Dada a complexidade que um sistema de custeio analítico implica, estima-se que só durante o ano de 2012 seja possível a conclusão de todo o processo de análise da informação gerada.

No que se refere ao processo de revisão da Norma de Controlo Interno, o mesmo estará concluído durante o corrente ano de 2012.



***m) Eliminação dos juros de mora, após a aprovação da operação de saneamento financeiro***

Com a utilização (ainda que parcial) do empréstimo de saneamento financeiro, foi possível a eliminação total dos juros de mora pelos atrasos no pagamento a fornecedores, pelo que não foram registados juros de mora com impacto no exercício de 2011.

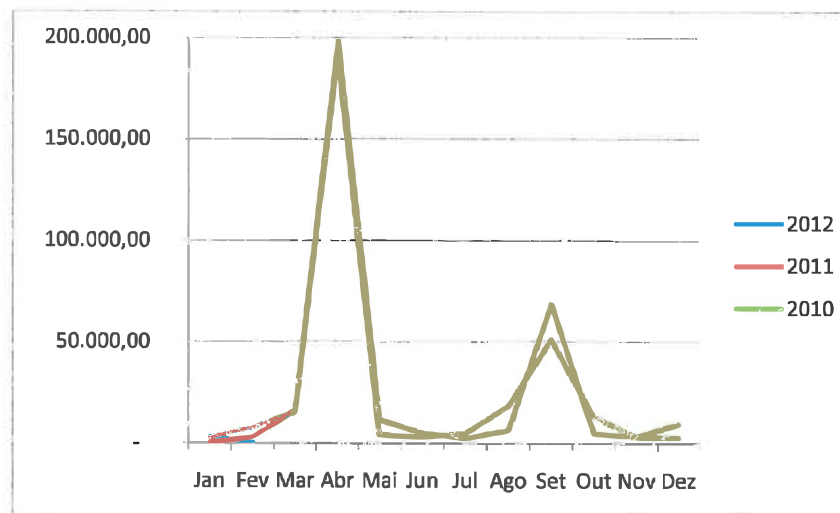
Com efeito, desde a implementação do Plano de Saneamento financeiro, o prazo médio de pagamento a fornecedores tem diminuído significativamente.

***n) Cobrança de novas taxas do IMI a partir de 2011 para os prédios urbanos devolutos há mais de um ano (o dobro), em ruínas (o triplo) e degradados (aumento de 30%).***

Esta medida, que resulta do disposto no OE 2011, sendo que a evolução das cobranças de IMI efectuadas até 30-09-2011 foi a seguinte, havendo a relatar nesta matéria um aumento em cerca de 5% (+ € 14.088,46) em relação ao período homólogo de 2010:

2º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>2012</b>	2.836,12	491,67											<b>3.327,79</b>
<b>2011</b>	525,74	2.789,69	16.402,52	198.500,44	11.632,70	5.064,27	2.703,13	6.554,75	68.674,51	5.099,49	3.421,14	9.503,98	<b>330.872,36</b>
<b>2010</b>	2.680,38	7.617,40	15.372,75	191.201,63	4.212,48	3.093,51	4.876,53	18.434,71	51.269,90	13.190,95	3.311,57	2.695,44	<b>317.957,25</b>
<b>Var</b>		-											
<b>2012/11</b>	2.310,38	2.298,02											<b>12,36</b>
<b>Var</b>	-	-											
<b>2011/10</b>	2.154,64	4.827,71	1.029,77	7.298,81	7.420,22	1.970,76	2.173,40	11.879,96	17.404,61	8.091,46	109,57	6.808,54	<b>12.915,11</b>



No entanto referira-se, que através da realização da atualização do valor patrimonial tributário a realizar pela Autotidades Tributária e Aduaneira, estima-se que no futuro possa existir um aumento significativo do valor cobrado deste imposto municipal.

**o) Aumento da tabela de taxas e licenças do Município a partir de 2011**

Tendo em consideração que o Regulamento e respetiva tabela de taxas se acham desajustadas perante as recentes realidades e mudanças legislativas, prevê-se que durante o corrente ano de 2012 se elabore o necessário estudo de fundamentação económica-financeira, que fundamente as alterações que venham a considerar-se obrigatórias.

O concurso para atribuição dos lugares de venda, por sorteio, na feira de Castelo de Paiva, do qual é expetável o aumento do número de ocupações e, logo, da receita a arrecadar, esteve suspenso por razões estranhas à administração municipal – providência cautelar interposta no tribunal administrativo. Proferida a decisão que lhe negou provimento, aquele concurso foi já reatado, e está em fase de conclusão.

Paralelamente, foi aprovado e entrou em vigor no início do ano, o regime tarifário da prestação do serviço de abastecimento de água, do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, e do serviço de recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos, seguindo a recomendação n.º1/2009, do IRAR – Instituto Regulador de Águas e Resíduos, sobre a formação dos tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, que vincula todas as entidades, públicas e privadas, gestoras de serviços públicos de

águas e resíduos prestados a utilizadores finais, respeitando especificamente o princípio da recuperação dos custos, o princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos, o princípio da prevenção e da valorização, o princípio da defesa dos interesses dos utilizadores, o princípio da acessibilidade económica, e o princípio da autonomia das entidades titulares.

Também nesta área, foi iniciada a elaboração dos projetos dos regulamentos dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

#### I Endividamento líquido e de médio e longo-prazo da autarquia I

O endividamento líquido da autarquia tem vindo a diminuir significativamente, o que se traduziu nomeadamente numa redução em cerca de 8% entre 31-12-2010 e 31-12-2011. A sua evolução foi a seguinte:

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011	31-12-2011
Endividamento líquido (sem excecionado)	13.861.614,00	12.086.136,00	11.253.806,00	11.073.441,00
Varição		-1.775.478,00	-832.330,00	-1.012.695,00
%		-13%	-7%	-8%

Mesmo com todas as condicionantes, o endividamento de MLP diminuiu cerca de € 100.611,00 entre Setembro de 2011 e Dezembro de 2011. Através do quadro seguinte podemos analisar a evolução que tem ocorrido no endividamento de MLP do Município:

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011	31-12-2011
Endividamento MLP	10.640.076,00	9.225.189,00	12.257.494,00	12.156.883,00
Varição		-1.414.887,00	3.032.305,00	-100.611,00
%		-13%	33%	-1%

O excesso de endividamento de MLP diminuiu entre Setembro de 2011 e Dezembro de 2011, cerca de 3%:

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011	31-12-2011
Excesso de endividamento MLP	3.945.629,00	2.530.743,00	2.877.815,00	2.777.204,00
Varição		-1.414.886,00	347.072,00	-100.611,00
%		-36%	14%	-3%

Para este facto também contribuiu a alteração das regras de cálculo do endividamento de médio e longo-prazo, cujos limites tiveram a seguinte evolução:

	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011
Limites ao endividamento MLP	6.694.446,00	9.379.679,00	9.379.679,00
Variação		2.685.233,00	-
%		40%	0%

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "C.L.", "D. G.", and "L. H."]*

## ANEXOS



## UTILIZAÇÃO EMPRÉSTIMO - MILLENNIUM BCP

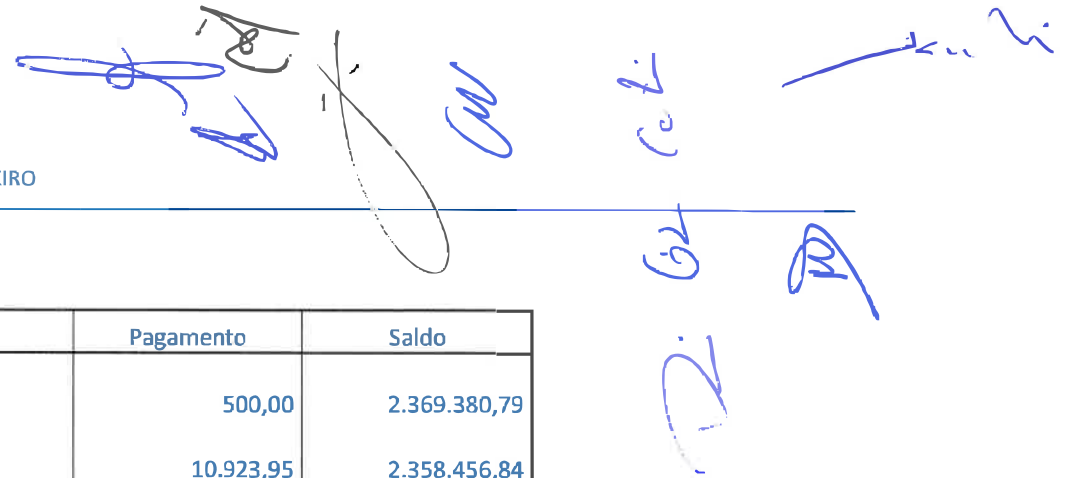
<i>Valor libertado em 22 de Março de 2011</i>		<i>4.800.000,00</i>
Entidade	Pagamento	Saldo
Millennium BCP	3.820.471,90	979.528,10
Irmãos Moreiras,SA	62.750,40	916.777,70
A. Viação Almeida & Filhos, SA	80.910,12	835.867,58
A. Viação Feirense, Lda	44.740,15	791.127,43
Constr. Cruz Carreira, Lda	84.667,69	706.459,74
Cimontubo, Lda	51.662,50	654.797,24
Befebal_Totta Crédito Especializado Inst Fin Crédito, SA	77.008,72	577.788,52
J. F. Mendes, Const. Civil e Obras Públicas, Lda	11.202,86	566.585,66
Paviazemeis - Pavimentações de Azeméis, Lda	161.121,35	405.464,31
BPI - Factorings	196.191,41	209.272,90
ADSE	99.318,17	109.954,73
<i>Saldo em 30 de Setembro de 2011</i>		<i>109.954,73</i>



<b>Saldo em 30 de Setembro de 2011</b>		<b>109.954,73</b>
Entidade	Pagamento	Saldo
Befebal - Sociedade de Construções, SA	8.293,60	101.661,13
ADSE	14.715,62	86.945,51
ADSE	6.054,69	80.890,82
ADSE	57.112,10	23.778,72
ADRMAG	7.452,00	16.326,72
IAREN	564,21	15.762,51
Maria João Matos	7.753,25	8.009,26
Soares Oliveira, SA	89,03	7.920,23
Demolinha, Unipessoal Lda	1.560,00	6.360,23
<b>Saldo em 31 de Março de 2012</b>		<b>6.360,23</b>

## UTILIZAÇÃO EMPRÉSTIMO – CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS


<i>Valor libertado Março e Abril</i>		<i>2.500.000,00</i>
Entidade	Pagamento	Saldo
Banco BPI (Leasing)	107.369,21	2.392.630,79
Rancho Bairros	500,00	2.392.130,79
Academia de Música	7.000,00	2.385.130,79
ADCB - Bairros	1.000,00	2.384.130,79
A. D. Casal	1.000,00	2.383.130,79
ADEP	4.000,00	2.379.130,79
Assoc. C. R. S. Martinho	1.000,00	2.378.130,79
Rancho F. Bairros	1.250,00	2.376.880,79
Rancho F. S. Amoras	1.000,00	2.375.880,79
Grupo C. D. C. Paraíso	1.000,00	2.374.880,79
Sporting C. Paivense	4.000,00	2.370.880,79
Assoc. Def. Rio Sard.	1.000,00	2.369.880,79



Entidade	Pagamento	Saldo
Centro C. D. Real	500,00	2.369.380,79
Ass. Cult e Desp.Póvoa	10.923,95	2.358.456,84
Casa Povo Raiva	1.000,00	2.357.456,84
Hóquei Clube Paivense	1.500,00	2.355.956,84
Centro C. R. S. Martinho	4.000,00	2.351.956,84
CIDEP	475,00	2.351.481,84
Clube C. P. C. Paiva	1.000,00	2.350.481,84
Irmandade S. Eufémea	750,00	2.349.731,84
Real Atletico Clube	1.000,00	2.348.731,84
Oliveirense F. Clube	1.000,00	2.347.731,84
ACI - Castelo de Paiva	350,00	2.347.381,84
Agrup. Esc. C. Mineiro	500,00	2.346.881,84
CENTRUM F	60,27	2.346.821,57
F. I. P. N. Sª. Assunção	250,00	2.346.571,57



Entidade	Pagamento	Saldo
Centro R. C. Bairros	2.900,00	2.343.671,57
Agrup. Esc. C. Paiva	1.350,00	2.342.321,57
Adrimag	1.612,18	2.340.709,39
ADPaiva	38.144,28	2.302.565,11
Ambisousa	8.327,87	2.294.237,24
AIMRD	8.000,00	2.286.237,24
Auto - Sueco	391,38	2.285.845,86
Ceifa	526,93	2.285.318,93
CIMTS	19.279,19	2.266.039,74
Corsar	940,95	2.265.098,79
Ernesto Sousa Lourenço	383,76	2.264.715,03
Fiel Portas	149,44	2.264.565,59
Flow Systems	4.532,96	2.260.032,63
Garagem Cabral	2.005,61	2.258.027,02



Entidade	Pagamento	Saldo
Gráfica Ideal	129,60	2.257.897,42
Grafinal	108,00	2.257.789,42
Iaren	372,52	2.257.416,90
J. Landeau e Moreira	11.653,44	2.245.763,46
Maqser	55,43	2.245.708,03
Mário Gonçalves	433,18	2.245.274,85
Sanjor	1.171,28	2.244.103,57
Soc. Pedreiras Marco	2.779,90	2.241.323,67
Trium	367,70	2.240.955,97
Serv.Sociais.Cult.Desp. Trab. Da CM. Castelo de Paiva	1.000,00	2.239.955,97
Garagem Rocha	938,60	2.239.017,37
Drogaria Anilex	72,71	2.238.944,66
Coop. Agrícola Paivense	21,25	2.238.923,41
Const. Fernando Duarte & Teixeira	1.047,12	2.237.876,29

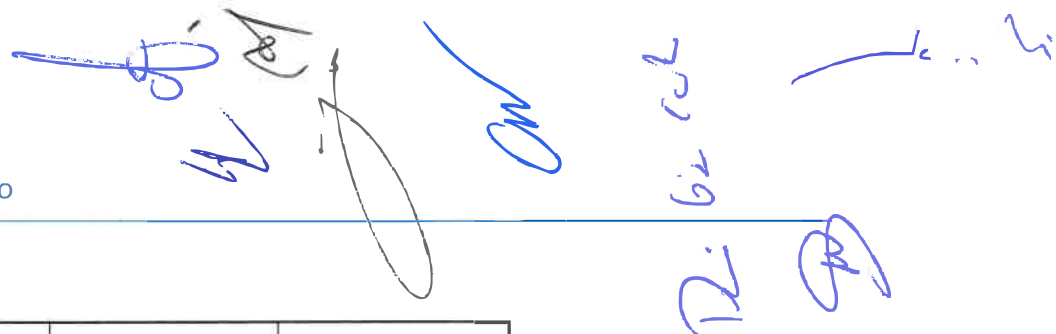


Entidade	Pagamento	Saldo
Florista Vânia Flores	105,00	2.237.771,29
A Garrafeira	92,00	2.237.679,29
Flor do Douro	478,15	2.237.201,14
DPM	890,48	2.236.310,66
Jornal Miradouro	47,52	2.236.263,14
Irmãos Moreiras	654.708,89	1.581.554,25
AMVS	455.596,97	1.125.957,28
BPI - Factorings	760.141,46	365.815,82
Águas Douro e Paiva	42.334,14	323.481,68
Academia de Música	6.000,00	317.481,68
Centro Cult. Rec. S.Martinho	4.000,00	313.481,68
Clube C. P. C. Paiva	1.000,00	312.481,68
Hóquei Clube Paivense	1.500,00	310.981,68
Drogaria Paivense	1.931,11	309.050,57

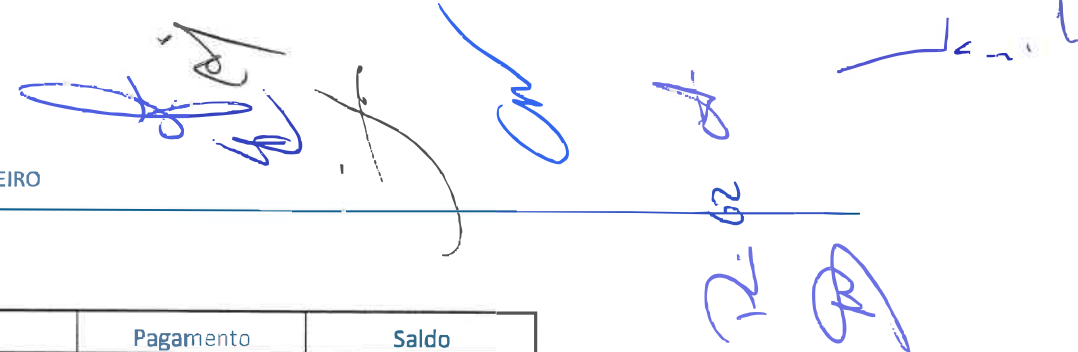


Entidade	Pagamento	Saldo
Artur Moreira Pinto	115,30	308.935,27
Casa Quintela	179,40	308.755,87
Artur Esteves	2.520,00	306.235,87
INERSEL	2.398,50	303.837,37
ESTORNORTE	80,00	303.757,37
ESRI	1.033,20	302.724,17
ALPENÓLEO	2.181,54	300.542,63
Tonerink	3.200,16	297.342,47
Tintas Marilina	449,70	296.892,77
Soc. Pedreiras Marco	93,25	296.799,52
Ass. Cult. Rec. Desp. Oliveirense Futebol Clube	500,00	296.299,52
Ass. Desp. Casal	500,00	295.799,52
ADCB - Bairros	500,00	295.299,52
Ass. Desp. Cult. Rec. Paraíso	500,00	294.799,52





Entidade	Pagamento	Saldo
Grupo Desp. Cult. CP	1.000,00	293.799,52
Ass. Desp. Cult. C.J.Clark	500,00	293.299,52
Sporting C. Paivense	2.000,00	291.299,52
União Desp. Cult. Rec. Folgoso	500,00	290.799,52
ADEP	1.000,00	289.799,52
Ass. Cult. Couto Mineiro Pejão	2.000,00	287.799,52
Banda Fornos	2.000,00	285.799,52
Banda Bairros	2.500,00	283.299,52
Rancho Folclórico S.Martinho	750,00	282.549,52
Grupo C. D. C. Paraíso	750,00	281.799,52
Rancho Folclórico C.Paiva	750,00	281.049,52
Rancho Sra Amoras	750,00	280.299,52
Agrupamento Vert. Escolas C.Paiva	75,00	280.224,52
Agrupamento Escolas Couto Mineiro Pejão	75,00	280.149,52



Entidade	Pagamento	Saldo
Ass. Human. Bombeiros C.Paiva	75,00	280.074,52
Serv.Sociais.Cult.Desp. Trab. Da CM. Castelo de Paiva	75,00	279.999,52
Centro Social e Paroquial de Sobrado	75,00	279.924,52
Centro Social de Real	75,00	279.849,52
NMV	47.970,00	275.881,68
Cimontubo	11.492,45	264.389,23
Ass. Port. De Dist. E Drenagem Águas	450,00	263.939,23
IAREN	299,28	263.639,95
Junta Freg.Real	2.350,00	261.289,95
One Audit	9.000,00	252.289,95
ADRMAG	3.967,84	204.319,95
J.O.C.L.Constructor de Obras Públicas	5.728,92	198.591,03
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2011</b>		<b>198.591,03</b>



<b>Saldo em 30 de Setembro de 2011</b>		<b>198.591,03</b>
Entidade	Pagamento	Saldo
AMVS	30.000,00	168.591,03
AMVS	90.000,00	78.591,03
Irmãos Moreiras, S.A.	8.178,60	70.412,43
Irmãos Moreiras, S.A.	6.790,18	63.622,25
Irmãos Moreiras, S.A.	6.680,39	56.941,86
Irmãos Moreiras, S.A.	5.635,87	51.305,99
Irmãos Moreiras, S.A.	1.440,43	49.865,56
Simdouro, SA	31.028,00	18.837,56
<b>Saldo em 31 de Março de 2012</b>		<b>18.837,56</b>

### Considerações Finais

O cumprimento do plano de saneamento financeiro encontra-se, depois de uma fase inicial da sua implementação, numa fase de consolidação e monitorização de algumas das medidas preconizadas.

É nossa opinião, que uma avaliação mais cuidada sobre a sua implementação já poderá ser realizada no final do próximo semestre de avaliação, ou seja em Setembro do corrente ano. Será esse o tempo certo para se efetuarem eventuais ajustamentos ao mesmo, tendo em consideração as alterações conjunturais já ocorridas e aquelas que previsivelmente irão ocorrer nos próximos meses.

É objectivo do executivo do Município de Castelo de Paiva manter sempre a Assembleia Municipal devidamente informada sobre as eventuais evoluções conjunturais que ocorram e que possam de alguma forma influenciar no cumprimento de algum dos objectivos preconizados inicialmente no plano de saneamento financeiro.